

A NECESSIDADE DE DESENVOLVER A ORALIDADE EM SALA DE AULA

Maria de Fátima de Mello (UFU)
fatima.1407@hotmail.com

RESUMO

O ensino de língua portuguesa em nossas escolas em geral está voltado para a variedade padrão escrita da língua. Os estudos na área da linguística têm apontado para o reconhecimento da importância da oralidade. Sabemos que aquele que não se expressa bem oralmente tende a ficar em desvantagem no processo de inserção social. É urgente que nossas salas de aula reservem espaço para o desenvolvimento da oralidade, com vistas ao aprimoramento da competência linguística dos alunos. É importante a escola trabalhar sob a perspectiva de desenvolver a bimodalidade, isto é, o domínio duplo da língua materna, tanto da língua escrita quanto da língua falada.

Palavras-chave: Oralidade. Escrita. Competência linguística.

1. Introdução

O presente artigo tem o objetivo de fazer uma reflexão acerca da necessidade de desenvolver a oralidade na sala de aula, tendo em vista o que é preconizado pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) que afirmam essa necessidade observando que os alunos serão avaliados na hora de responder a diferentes exigências de fala e de adequação às características próprias de diferentes gêneros da oralidade.

O aluno chega à escola trazendo conhecimentos expressos por sua fala e que muitas vezes não são considerados, pois a escrita sempre teve lugar central na escola e há a ideia corrente de que não é papel da escola ensinar o aluno a falar.

A linguagem oral apresenta diversos gêneros: entrevista, debate, exposição oral, dramatizações que podem e devem ser objetos de ensino. Se levarmos em consideração que o domínio da língua oral é fundamental para a participação social efetiva, é papel da escola preparar o aluno para este domínio. Assim, é preciso uma reflexão para que não seja priorizada apenas uma modalidade da língua, a escrita. A escola, ao fazer isso, deixa de cumprir seu papel que é preparar o aluno com vistas ao desenvolvimento de sua cidadania. Nesse sentido, é de extrema importância que a escola promova propostas didáticas em relação aos gêneros orais.

2. *Mediação entre oralidade e escrita*

Nós, professores, devemos ter em mente que a relação do aluno com a língua deve ser de proximidade, ou seja, quanto mais próximo o aluno se sentir da língua materna, mais enriquecedora será a sua relação com ela.

Gnerre (1991) ressalta que um problema central na alfabetização de crianças e adultos é o da ausência ou da redução extrema dos momentos e dos instrumentos teóricos para a mediação entre oralidade e escrita.

Se não damos espaço para essa mediação, a alfabetização fica difícil. Essa fase de mediação precisa ser fortalecida. Temos que tentar devolver o gosto e a confiança na oralidade, o prestígio da arte verbal, a leitura oral em voz alta de livros escritos e impressos e a discussão de seus conteúdos, são práticas que podem colaborar para fortalecer e instituir a fase de mediação entre oralidade e escrita. Repensar a riqueza da oralidade representa repensar todo o mundo grafocêntrico e, na medida em que um novo espaço à criatividade da oralidade é dado, recebe-se resultados na criatividade da escrita, cujos produtos podem circular e produzir mais criatividade e maior confiança dos indivíduos na expressão dos seus próprios pensamentos. (GNERRE, 1991 p. 47)

Pelo que nos diz Gnerre, percebemos que o desenvolvimento da língua oral possibilita a interação entre o texto oral e o texto escrito, tornando-os únicos. Assim, trabalhar a oralidade é também trabalhar a escrita, pois escrita e fala não são modalidades isoladas.

Em relação a isso, Marcuschi (1997) diz que é um grande equívoco pensar que a escrita tem mais valor do que a fala. Para ele, tanto fala quanto escrita são importantes, já que são duas maneiras de as pessoas organizarem seus discursos, praticarem interações no dia a dia. Cada modalidade tem seu lugar, são práticas discursivas que não concorrem, não competem, mas se complementam.

Ele ressalta que ouvindo alguém, podemos dizer uma série de coisas sobre a pessoa. Já em um texto escrito, não dá para saber nada do autor, somente se ele mencionar. Na fala, passam muitas marcas do próprio indivíduo, mas na escrita, não é assim. Para o linguista, a escrita é algo que sai do indivíduo, isto é, possui um caráter de afastamento físico, a abstração é maior. Já a fala possui um caráter de proximidade, um envolvimento maior.

Tanto fala quanto a escrita são contextualizadas. Mas a fala tem um envolvimento situacional. Assim, podemos apontar, fazer um sinal. Na escrita não podemos fazer isso. A oralidade tem investimento de um grande conjunto de elementos simbólicos que não podem passar para a escrita. Por exemplo, a gestualidade, o tom da voz, a velocidade, a entonação, a pausa. Fala e escrita

são maneiras de representação da língua: representação gráfica e representação fônica (som e gestualidade, movimentos do corpo, entonação de voz, volume - Esses elementos não estão na escrita. Nessa modalidade são utilizados outros recursos. Assim, conclui-se que nem tudo que está na oralidade está na escrita e vice-versa. (MARCUSCHI, 1997, p. 119)

O autor acrescenta que não falamos letras, falamos palavras e que a escrita não é uma representação da fala como dizem alguns livros didáticos. Assim, tanto fala quanto escrita são representações da língua. Mais uma vez é necessário enfatizar o que o linguista nos diz em relação ao desenvolvimento da expressão oral que possibilita a interação entre o texto oral e o texto escrito, pois fala e escrita fazem parte de um continuum, são modalidades que se complementam.

3. Escola e oralidade

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) vão salientar que cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais. Sabe-se que os gêneros da fala têm aplicação direta em vários campos da vida social – trabalho, relações interpessoais e política, por exemplo. Os PCN dizem que inúmeras situações sociais do exercício da cidadania que se colocam fora da escola- a busca de serviços, as tarefas profissionais, a defesa de direitos e opiniões, situações nas quais os alunos são avaliados à medida que são capazes de responder a diferentes exigências de fala e de adequação às características próprias de diferentes gêneros orais.

O documento oficial apresenta a fala pública como foco da oralidade e afirma que a escola deve preparar o aluno para utilizar a linguagem oral.

Ensinar a língua oral significa para a escola possibilitar o acesso a usos da linguagem mais formalizadas e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem para o exercício da cidadania. (PCN, 1998, p. 67)

Dolz e Schneuwly (2004) ressaltam que a prioridade dada aos gêneros públicos formais não decorre somente de razões pedagógicas, mas também psicológicas.

O papel da escola é levar os alunos a ultrapassar as formas de produção oral cotidianas para os confrontar com outras mais institucionais, mediadas, parcialmente reguladas por restrições exteriores.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Os gêneros formais públicos constituem as formas de linguagem que apresentam restrições impostas do exterior e implicam, paradoxalmente, um controle mais consciente e voluntário do próprio comportamento para dominá-las. (DOLZ & SCHNEUWLY, 2004, p. 147)

Nesta direção, Kato (2002) mostra que devem ser incorporadas às aulas atividades que explorem a oralidade do aluno e que essas atividades não devem ser restritas às leituras em voz alta, pois nem todo aluno participa por timidez, por exemplo: "a chamada norma-padrão, ou língua falada culta, é consequência do letramento, motivo por que, indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita". (KATO, 2002, p. 7)

Para ela, valorizar a oralidade na medida em que se trabalha a língua com atividades em sala de aula, seria da competência da escola desde a alfabetização:

Durante esse processo, acredita-se, que além do contato com o escrito que é a tarefa principal da escola, atividades que explorem a produção e a prática de textos orais deveriam ser também praticadas com o mesmo empenho pelos professores alfabetizadores. Como já foi visto, a produção do texto oral é tão importante quanto a do texto escrito. (KATO, 2002, p. 7)

No que diz respeito ao trabalho com oralidade, Antunes (2009) diz que é de extrema importância que a escola promova uma constante intervenção didática em relação aos gêneros orais.

Deveriam ter prioridade os gêneros da oralidade própria de contextos públicos, mais formais do que aqueles da oralidade em contextos privados. Deveria interessar à escola ultrapassar as práticas orais do cotidiano para alcançar aquelas mais presas às coerções institucionais. (ANTUNES, 2009, p. 71)

Em uma análise dos livros didáticos, a autora observou que em geral, o trabalho com gêneros orais na escola se limitam a conversas, debates, discussões com colegas ou combinações sobre a elaboração de um trabalho.

Se considerarmos o papel da escola de dar ao aluno condições de desenvolver um conjunto de competências que o torne capaz de utilizar a língua, de acordo com os diferentes usos sociais, é necessário pensarmos na língua oral. Sobre isso, a autora alerta que muitos professores não conseguem fazer com que seus alunos desenvolvam uma competência comunicativo-interativa, porque alguns acreditam, ingenuamente, que os usos da língua oral são tão presentes no cotidiano que não é preciso ser matéria das aulas.

A autora acrescenta que para desenvolver a capacidade de expressão oral dos alunos, o professor precisa ter consciência de que esse trabalho deve possuir um caráter interacional, ou seja, deve ser inserido em uma prática social discursiva, que envolve pelo menos dois interlocutores, em torno de um determinado sentido e de uma determinada intenção. (ANTUNES, 2003, p.71)

Esta tarefa não deve ser restrita aos professores de língua portuguesa, isto é, outras disciplinas podem explorar a oralidade. Assim, pesquisas e trabalhos de campo de história, geografia e ciências, antes restritos à entrega do trabalho escrito, podem ser apresentados para toda a turma em forma de exposição oral.

4. Fala e escrita

Um outro aspecto a ser considerado é a distinção entre oralidade e letramento, sobre a qual nos fala Marcuschi (2001):

Oralidade é uma prática social interativa pra fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora e vai desde uma realização informal à mais formal nos mais variados contextos de uso. Já o letramento envolve as mais diversas práticas da escrita e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, como o indivíduo que é analfabeto, mas letrado, pois identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar etc., até uma apropriação profunda como o indivíduo que desenvolve tratados de Filosofia e Matemática ou escreve romances. Letrado é o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento e não aquele que apenas faz uso formal da escrita. (MARCUSCHI, 2001, p. 25)

Em relação à fala e à escrita, ele diz que a distinção contempla aspectos formais, estruturais e semiológicos, ou seja, os modos de representarmos a língua em sua condição de código, nesse caso, são os aspectos sonoro e gráfico que contam. O autor esclarece que a escrita possui certas especificidades materiais, caracteriza-se por sua constituição gráfica e situa-se no plano dos letramentos. É uma modalidade de uso da língua complementar à fala. Este aspecto precisa ser enfatizado, pois muito já se falou sobre a dicotomia fala e escrita e já se sabe que ambas fazem parte de um continuum, enfim, são modalidades complementares.

5. Metodologia

Para realizar esta pesquisa, analisamos o livro didático adotado para a turma do sexto ano em uma escola municipal em Goiás. O livro

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Português – Linguagens, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães apresenta três unidades. Cada unidade tem três capítulos e dois intervalos apresentando e sugerindo um projeto. O primeiro intervalo sugere histórias, isto é escrita de continuação de histórias. No segundo intervalo "Eu também Faço História" continuação de produção de textos escritos. Assim, os dois projetos contemplam a escrita.

Gêneros escritos	Gêneros orais
Conto maravilhoso I	Conto maravilhoso- do oral para o escrito
Conto maravilhoso II	Exposição oral
Receita	
História em Quadrinhos I	
História em quadrinhos II	
História em quadrinhos III	
fábula	
Relato pessoal escrito	
Carta pessoal	
diário	
e-mail	
blog	
twitter	
cartaz	
anúncio	

Em relação aos gêneros textuais, observamos que os gêneros escritos aparecem em sua maioria. São quinze gêneros escritos para um gênero oral- a exposição oral. Há um tópico sobre variação linguística e dentro deste tópico há uma canção que aborda o tema da variação. No conto maravilhoso – do oral para o escrito também notamos uma preocupação em tratar da oralidade. Em uma análise breve, concluímos que, o gênero oral como objeto de ensino, somente um, a exposição oral. Mesmo não havendo indicação expressa a esse respeito, observamos que fica a cargo do professor, no relato pessoal, por exemplo, cujo enfoque no livro é o escrito, trabalhar também o relato oral.

Em relação às atividades, sem dúvida alguma, o enfoque é maior na escrita e leitura. O professor pode levar o CD para a sala de aula em uma atividade que apresenta uma canção, que aparece no tópico variedades linguísticas, mas não há sugestão clara no livro neste sentido. Pode ser que por iniciativa do professor, ele leve para sala de aula, por sua própria conta um CD com a música sugerida pelo livro, que por sinal o tema é variedade linguística e isso certamente enriqueceria muito a aula. Há atividades de leitura expressiva e produção de texto. Importante ressaltar que o gênero exposição oral aparece já no final da última unidade.

Pela breve análise feita no livro didático adotado no sexto ano do ensino fundamental nesta escola municipal em Goiás, percebemos que há uma preocupação com a inserção da oralidade, mas ainda é pouco, se fizermos uma comparação, por exemplo, entre o número de gêneros escritos e orais que aparecem ao longo do livro didático. A ênfase, o foco ainda é a escrita, ou seja, o binômio ler/escrever. Esperamos ver nos livros didáticos e nas aulas de língua portuguesa também o binômio falar/ouvir em situações formais de uso da língua. Isto quer dizer, encontrar os gêneros orais, como objeto de ensino, conforme recomendado pelos PCN.

6. Considerações finais

Este artigo procurou fazer uma reflexão sobre a necessidade de inserção do trabalho com oralidade na sala de aula. E isto não deve ser só tarefa do professor de língua portuguesa, mas de todos os professores.

O aluno já é falante da língua e ele vai para escola com esta habilidade. O papel da escola passa por mostrar que a sua fala deve se adaptar aos diversos contextos de nossas esferas sociais. Oralidade é diferente da fala cotidiana e informal, típica de nossas conversas do dia a dia e o aluno precisa perceber essa diferença.

Diversos gêneros compõem a linguagem oral: debates, entrevistas, discursos, exposições, com os quais é imprescindível o contato dos alunos para o desenvolvimento de suas habilidades, no que diz respeito às diversas situações de comunicação, nas quais ele pode ser inserido.

De acordo com os resultados da análise do livro didático, acreditamos que é importante uma reflexão sobre a oralidade na sala de aula. Em nossos planejamentos, é importante abrirmos espaço para avaliações de nossas concepções, objetivos e resultados com a finalidade de ampliar a competência comunicativa de nossos alunos.

A escola, como instituição que lida diretamente com a formação dos cidadãos, precisa sintonizar-se com as demandas exigidas pela sociedade, a fim de preparar os indivíduos para atuarem nas diferentes situações comunicativas.

Concluímos, assim, que o domínio da língua oral e escrita é fundamental para a participação social efetiva. É direito do aluno fazer uso pleno das duas modalidades da língua e o papel da escola é proporcionar este conhecimento. Por isso, no ensino de língua materna, a escola tem a

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

responsabilidade de garantir a todos os seus alunos, o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irlandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola, 2009

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

CEREJA, William Roberto; Magalhães, Thereza Cochar. *Português: linguagens, 6º ano*. São Paulo: Saraiva, 2012.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, São Paulo: Ática, 2002

MARCUSCHI, Luis Antônio. A oralidade e o ensino de língua: uma questão pouco falada. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

_____. Oralidade e escrita. *Signótica*, n. 9, 119-145, jan./dez.1997.

_____. *Da fala para a escrita*. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.